

INCLUSÃO SOCIAL DAS CRIANÇAS DA PERIFERIA DE JUIZ DE FORA ATRAVÉS DOS PROJETOS DE EXTENSÃO DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO JOÃO XXIII

Cátia Pereira Duarte

RESUMO

A partir das experiências vividas no projeto de extensão e pesquisa “Inclusão Social das periferias de Juiz de Fora”, propõe-se uma reflexão crítica sobre a pesquisa-ação desenvolvida em uma comunidade socialmente vulnerável do município de Juiz de Fora. A partir das atividades do projeto, registradas em desenhos arquivados em diário de campo, observou-se um reconhecimento das crianças em torno da proposta e uma significativa melhora das sociabilidades que, independente das limitações autorrepresentativas das mesmas, caminha para uma cidadania emancipatória.

Palavras-chaves: Projetos sociais, autonomia, crianças.

ABSTRACT

Based on the experiences at the research and extension project “Social inclusion at Juiz de Fora suburbs”, proposes a critical consideration about the action research done in a socially vulnerable community in Juiz de Fora. Based on the project activities, recorded in drawing of the camp diary, has been observed the childrens recognition of the proposal and a significant leverage of sociabilities that, despite of their self-representative limitations, goes in the direction of an emancipatory citizenship.

Keywords: Social projects, authonomy, children.

RESUMEN

A partir de las experiencias vividas en el proyecto de extensión y pesquisa "Inclusión Social en los suburbios de Juiz de Fora", se propone una reflexión crítica sobre la pesquisa acción desarrollada en una comunidad socialmente vulnerable en el municipio de Juiz de Fora. A partir de las actividades del proyecto, registradas en diseños archivados en un diario de trabajo, se observó un reconocimiento de los niños en torno a la propuesta y una significativa mejoría de sociabilidad que, independiente de las limitaciones autorrepresentativas de las mismas, avanzan hacia una ciudadanía emancipadora.

Palabras clave: proyectos sociales, autonomía, niños.

Situando o projeto de inclusão social da comunidade campinho no contexto histórico

O final do século XIX foi marcado por um período de mudanças significativas na sociedade capitalista. Observa-se a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, e essa alteração promoveu toda uma reorganização da sociedade, na

medida em que este primazia o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados¹.

Já durante a segunda metade do século XX, pode-se verificar que as crises econômicas e sua conseqüente redução da taxa de crescimento mundial contribuem para colocar em questão o padrão *Welfare State*² de regulação da sociedade, sob o argumento de uma suposta crise fiscal³. A esses fatos aliam-se o desmoronamento das experiências de socialismo de estado e o avanço da ofensiva liberal-conservadora. Segundo Antunes (2001, p. 42) como conseqüências têm-se a redução do proletariado estável; o aumento do subproletariado, que são os trabalhos precarizados; a ampliação de mão-de-obra feminina; uma significativa “exclusão” dos jovens e dos idosos do mercado de trabalho; a precoce e criminoso inserção de crianças no mercado de trabalho; como também um crescente aumento da criminalidade.

Ressalta-se, ainda, que todas essas mudanças ocorrem num mundo altamente interconectado tanto na dimensão econômica quanto na dimensão social, política e cultural. Como enfatiza Santos (2000), a globalização aparece como ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, e como expansão acelerada do reino da escassez há a introdução da “questão do pobre” nesse mundo globalizado. Neste contexto, os valores se uniformizam ao mesmo tempo em que buscas fundamentalistas e racistas procuram resguardar, de forma autoritária e violenta, as identidades de grupos sociais.

É importante notar que todos esses processos perpassam o município de Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira. Apesar dessa cidade possuir uma rede de proteção social acima da média nacional, verificam-se indicadores sociais contrastantes. É possível observar a existência de graves problemas associados à alta concentração de renda e à pobreza absoluta. Este contraste fica nítido mesmo no site da prefeitura municipal, no qual podemos visualizar que, apesar de atualmente a renda per capita do município ser de aproximadamente R\$ 6,2 mil por ano, 15,32% (que corresponde a 70 mil habitantes) vive com menos de R\$ 100,00 por mês. Nesse contexto, verificam-se várias comunidades em Juiz de Fora vivenciando graves problemas sociais, excluídas socialmente, situadas à margem do mercado formal de trabalho e submetidas a condições precárias de sobrevivência (saúde, educação, moradia, saneamento etc.), bem como excluídas do acesso aos canais de participação política, impossibilitando a

¹ Os principais elementos que sofreram esse redimensionamento são, segundo Netto (2001): “a) os preços das mercadorias (e serviços) produzidas pelos monopólios tendem a crescer progressivamente; b) as taxas dos lucros tendem a ser mais altas no setores monopolizados; c) a taxa de acumulação se eleva, acentuando a tendência descendente da taxa média de lucro e a tendência ao subconsumo; d) o investimento se concentra nos setores de maior concorrência, uma vez que a inversão nos monopolizados torna-se progressivamente mais difícil; e) cresce a tendência a economizar trabalho ‘vivo’, com a introdução de novas tecnologias; f) os custos de venda sobem, com um sistema de distribuição e apoio hipertrofiado” (p. 20).

² Modelo de Estado Capitalista que, “sem dispensar o papel clássico do mercado no capitalismo, pretendia colocar o bem-estar comum como marca democrática genérica, ao qual deveria servir o mercado, detendo o Estado função crescente previdenciária e assistencial” (DEMO, 1995, p 10).

³ Conforme análise de Behring (2003, p. 63), o que ocorre de fato é um escamoteamento das reais intenções de diminuir o custo do trabalho e dos gastos sociais, na medida em que o que temos é uma reorientação do fundo público para as demandas empresarias, ou seja, uma crise financeira que provoca uma crise fiscal, devido ao aumento do gasto público com juros e serviços da dívida e não uma crise fiscal ocasionada pelo aumento do gasto público em investimentos, custeios e transferências, desatrelada do aumento de receita .

construção de alternativas concretas da população para alterar sua situação de vulnerabilidade.

Verifica-se, como uma dessas populações vulneráveis, a “Comunidade Campinho”, localizada na periferia de Juiz de Fora, no bairro Vila Ideal desde a década de 1990, quando o desabamento de uma encosta na Vila Olavo Costa, bairro vizinho à área, deixou várias famílias desabrigadas. O processo de formação da comunidade se configurou a partir da ocupação espontânea e irregular de um terreno público onde antes funcionava um campo de futebol (originando o nome com o qual o local ficou conhecido). Os habitantes vivem em loteamentos irregulares e de invasões, tendo um histórico de rejeição pelos demais moradores do bairro devido à sua condição irregular de habitação, permeada ainda pelos mais variados traços de exclusão e situações de risco social.

A situação atual que se verifica junto aos moradores da Comunidade Campinho é, portanto, fruto do processo de ocupação da área, marcado pela marginalização social dos ocupantes. Os contrastes, sobretudo aqueles de cunho social, fazem dos moradores deste espaço, para além de uma população pertencente ao Bairro Vila Ideal, uma subclasse, considerada por órgãos públicos locais como uma Área de Especial Interesse Social⁴ (AEIS) da cidade.

A partir deste contexto, o Colégio de Aplicação João XXIII, com apoio da Universidade Federal de Juiz de Fora, vem desenvolvendo atividades recreativas com as crianças e adolescentes, a fim de promover uma cidadania emancipatória. Tendo em vista as atividades já realizadas no ano de 2007, surgiu a proposta de elaborar um estudo, que pudesse servir como tentativa de compreender as participações adotadas pelas crianças nas atividades do projeto, bem como revelar pistas para novos estudos de projetos comunitários, vislumbrar novas possibilidades de atuação e pesquisa, promover crescimento profissional da equipe técnica, bem como abrir espaços para re-discutir as necessidades de autonomia e senso crítico dos habitantes.

Realizar este estudo é, portanto, fundamental para dar voz à comunidade em situação de risco, divulgar as angústias das quais ela sofre, lutar pelos direitos que tem e que não são respeitados, visar a transformação crítica dos sujeitos e subsidiar as discussões sobre as intervenções profissionais em projetos sociais de extensão em locais de vulnerabilidade social.

Princípios metodológicos

Nessa perspectiva, numa tentativa de constatar para compreender as condições de vulnerabilidade às quais se encontram expostas, pretende-se identificar as perspectivas das crianças da Comunidade Campinho, analisando diferentes formas de representação do trabalho realizado, dos atores sociais e de si mesmas, segundo as significações das próprias crianças. Assim, busca-se neste ensaio, perceber compreender a percepção que as crianças possuem das atividades desenvolvidas; constatar e compreender as formas de organização/participação das crianças nos jogos recreativos propostos no projeto e as influências que esses jogos recreativos têm sob seus jogos

⁴ Para fins de regularização urbanística e fundiária da administração pública do município, são consideradas Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) todas as áreas identificadas como de ocupação subnormal. “Essas áreas caracterizam-se pela existência de assentamentos desprovidos dos padrões mínimos de infra-estrutura (água, luz e esgoto), acessibilidade e habitabilidade, o que as coloca numa situação de segregação social”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, 2004).

sociais, bem como a representação dos atores sociais envolvidos – eles, os amigos e os integrantes do projeto.

Assim, optou-se por realizar uma pesquisa exploratória sobre a pesquisa-ação desenvolvida, que a partir de 12 desenhos produzidos pelas crianças (7 a 12 anos) e observações da equipe registrada em diários de campo, analisados segundo o método materialista-dialético⁵, consolidasse o caráter histórico daquela comunidade.

Deste modo, três pontos de análise emergiram no presente ensaio: o entendimento que as crianças participantes possuem das atividades realizadas; as formas de sociabilidades das crianças; bem como a autorrepresentação dos integrantes do projeto diante da realização de tais atividades.

Análise dos dados

Conforme supracitado, o desenho foi um dos instrumentos utilizados na presente avaliação. Optou-se por esta forma de manifestação, pois segundo Sans (2001), o desenho é uma forma de expressão constante em todas as crianças⁶. Para Vygotsky (1991) o desenho deve ser interpretado como um estágio preliminar do desenvolvimento da linguagem escrita, estágio este entendido mais do que como uma simples antecedência temporal; o desenho, que sendo linguagem gráfica e também gesto, carrega e materializa o simbólico, significa alguma coisa para si e para o outro, acompanhando a fala e sendo permeado por ela, num processo decisivo para o desenvolvimento da escrita.

Como tema do desenho, foi pedido que representassem o que mais lhes agradava em nossas visitas. As crianças sentaram-se e organizaram-se no salão paroquial como quiseram, algumas ocuparam as mesas e cadeiras e outras sentaram-se ao chão. O tempo não foi estipulado e a equipe não interferiu na realização do desenho, nem na partilha do material, restringindo-se a responder os questionamentos das crianças baseados nas informações anteriormente repassadas. Algumas crianças fizeram, durante a execução da atividade, comentários sobre os desenhos umas das outras.

É importante notar que as crianças realizaram essa atividade com muita concentração e dedicação, algumas crianças inclusive solicitaram outras folhas, por considerarem que o desenho estava feio. Tais observações, pautadas em uma perspectiva materialista-dialética, buscaram visualizar o comportamento das crianças enquanto inserido no contexto das atividades propostas, da relação dialética que elas mantinham com os sujeitos envolvidos e, sobretudo, da situação comunitária/ social em que vivem.

A partir dos dados obtidos, algo que chama a atenção, numa primeira observação, é a certa dificuldade de algumas crianças em representar, em forma de desenho, o tema proposto. Algumas crianças, na tentativa de seguir as orientações

⁵ O materialismo dialético defende que qualquer tomada de consciência do ambiente exterior não é outra coisa senão o reflexo da realidade, que, por sua vez independe da consciência, das ideias, das representações e sensações dos homens.

Como advoga Resende (2007) sobre os Materialismo Dialético, os indivíduos dependem da sua relação com os outros para se constituírem. Todavia, ressalta que os elementos que influenciam a vida psíquica do sujeito não são abstratos e imutáveis.

⁶ Para Sans (2001), “O desenhar para a criança é tão natural como qualquer outra atividade. O que importa para ela é o momento da ação. Assim como brinca, associa, simboliza, ela desenha de forma espontânea” (p. 20).

propostas, exprimiram sua preferência em forma de texto, utilizando o desenho como pano de fundo (Desenhos 1, 3, 8, 9, 10).

Poucas relataram no próprio desenho figuras ligadas às atividades que gostam quando a equipe técnica do projeto os visita (nos Desenhos 1, 2, 7, 8, 10 e 12) por exemplo, colocando no papel, desenhos de bambolês, atividade praticada no mesmo dia da atividade mencionada, bem como atividades anteriormente realizadas). Grande parte dos temas relatados concentrou-se nas atividades desenvolvidas no dia da aplicação do instrumento (brincadeiras com bambolê e desenho).

Em muitos desenhos encontramos recados aos membros da organização do projeto (Desenho 1, 6, 8, 9 e 10). Isso denota que as crianças demonstram-se bastante apegadas aos mesmos e às atividades propostas, apresentando-se atenciosas e afetuosas.

A maioria dos desenhos, entretanto, continha elementos alheios à visita dos integrantes, como sois, nuvens, flores e corações, grande parte deles com esboços de rostos humanos (Desenhos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12). Houve ainda um desenho contendo uma manifestação de apego a um time de futebol (Desenho 3).

Verificou-se, portanto, que apesar de se encontrarem em idade escolar, várias crianças não foram capazes de atender à proposta apresentada, limitando-se a desenhar outros temas. Mesmo autores embasados no materialismo como Vygotsky (1987) ao discutirem as performances escolares das crianças e seu desenvolvimento, a partir da visão genética e desenvolvimentista do desenho, defende o pressuposto que as etapas através das quais as crianças passam em seus desenhos são mais ou menos comuns para determinadas idades, e este tipo de comportamento não é, em geral, considerado comum para a faixa etária das crianças estudadas.

Para Hammer (1981), existem categorias de análise de desenhos que nos permitem interpretar o sujeito. A primeira delas refere-se à seqüência das figuras e mostra o sexo mais importante para o sujeito. E nesta categoria percebe-se ao observar os desenhos, que não há demarcação e/ou identificação do sexo do autor do desenho apenas pela sua representação.

Outra categoria é a comparação entre as figuras que mostra as informações a respeito das atitudes psicosssexuais, característica também pouco observada, tanto no desenho quanto nas observações registradas nos diários de campo.

Assim, nota-se a dificuldade de representação das questões de gênero, ou seja, da percepção que as crianças têm de si mesmas, outra categoria identificada por Hammer. Para o autor a descrição da figura mostra os detalhes que o sujeito dá de si mesmo. Neste caso, observa-se a ausência de referências pessoais e da própria existência em si, pois apenas o desenho 11 possui representação de uma pessoa.

O tamanho do desenho, segundo Hammer (1981), mostra a relação do sujeito com o meio ou entre os sujeitos e as figuras parentais. Nesta categoria, observa-se que os desenhos ocupam ou tendem a ocupar todo o espaço oferecido, ainda que com figuras alheias ao desenho, ou proposto em si para a atividade. Isso pode facilmente relacionar-se com a quinta categoria de análise, que se refere às distorções e omissões que demonstram as inseguranças do sujeito. Neste caso, nota-se nitidamente a insegurança das crianças, que mesmo não entendendo o proposto afirmaram ter compreendido e não solicitaram informações adicionais.

As outras categorias são: o movimento, que mostra as tensões cinestésicas e a grafologia, que aponta a noção de pressão, de direção, de continuidade, de angularidade e ritmo de percepção de mundo. Nesta categoria de análise, percebe-se uma elevada ausência dessas categorias nos desenhos. Isto é, as crianças possuem dificuldades de se

perceberem, como também de notarem o mundo à sua volta e a lógica das relações estabelecidas.

Procurando, no entanto, fugir de uma interpretação superficial, a qual poderia basear-se em suposições de simples deficiência cognitiva ou problemas psicológicos para explicar a diferença entre esses resultados e os comumente “esperados” de crianças desta faixa etária, buscou-se aprofundar a análise, visualizando o contexto em que a atividade foi executada. Pelas observações, percebeu-se que apesar da grande motivação que as crianças tinham em realizar a tarefa, houve uma dificuldade dos membros do projeto em conseguir atrair a atenção delas para passar-lhes as instruções da atividade.

Após distribuir as folhas de papel e dar as orientações iniciais (escrever nome e idade no verso da folha, ter cuidado com os lápis de cor emprestados de colegas), os coordenadores da atividade despenderam grande tempo apenas para conseguir que as crianças olhassem para eles e prestassem atenção nas instruções. Mesmo alcançando, após algum tempo, algum silêncio e atenção, verificou-se que as crianças, em geral, não denotavam grande preocupação em observar o que era proposto, estando mais concentradas no prazer e empolgação que lhes dava a atividade de desenhar. Ao término da atividade, no entanto, todas entregaram o desenho com entusiasmo.

Raras vezes foram observados comportamentos de desobediência consciente ou afrontamentos. Reações que poderiam ser caracterizadas como “indisciplina” foram, na verdade, entendidas como fazendo parte do comportamento “normal” das crianças, sem relação direta com o objetivo de desobedecer ou contrariar o outro. Acredita-se que a explicação para a pouca atenção em relação aos membros da equipe, demonstrada nessa atividade, assim como em outras, deve evitar enquadrar tais dificuldades em “problemas de comportamento” ou de conduta, tão comuns em encaminhamentos feitos para atendimentos psico-pedagógicos (PROENÇA, 2004).

Buscando uma apreensão mais apurada da realidade apresentada, sabe-se que o estudo baseado no materialismo dialético deve pretender “descobrir por trás dos produtos e das criações a atividade e operosidade produtiva, de encontrar a “autêntica realidade” do homem concreto por trás da realidade reificada da cultura dominante” (KOSIK, 2002, p.25). Isso possibilita a superação dos limites da imediatividade, ou do meramente epidérmico e superficial⁷. Assim, embasada numa observação crítica, pode-se então verificar neste comportamento das crianças, de fazer do desenho uma atividade livre, sem se concentrar nas instruções dos integrantes da equipe, um sintoma da situação em que estão acostumadas a viver, uma situação de ausência de uma cidadania plena, ou seja, de uma “competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada” (DEMO, 1995, p.1).

Kosik (2002) destaca a carência, na sociedade capitalista, de uma concepção de homem como sujeito histórico real, ou seja, aquele inserido e engajado no processo social de produção e reprodução que cria a base e a superestrutura, forma a realidade social como totalidade de relações sociais, instituições e ideias (p. 52-53). Nesta sociedade, “a cotidianidade se manifesta como anonimidade e como tirania de um poder impessoal que dita a cada indivíduo seu comportamento, modo de pensar, gosto e seu

⁷ Outra categoria central, para Kosik, seria a destruição do mundo da pseudoconcreticidade: “A dialética não considera os produtos fixados, as configurações e os objetos, todo o conjunto do mundo material reificado, como algo originário e independente. Do mesmo modo como assim não considera o mundo das representações e do pensamento comum, não os aceita sob o seu aspecto imediato: submete-os a um exame em que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos, com sedimentos e produtos da práxis social da humanidade” (Kosik, 2002, p.21).

protesto contra a banalidade” (KOSIK, 2002, p. 84). Para ele, a realidade social não é conhecida como totalidade concreta se o homem, no âmbito da totalidade, é considerado apenas e, sobretudo, como objeto e na práxis-objetiva da humanidade não se reconhece a importância primordial do homem como sujeito.

Os moradores da Comunidade Campinho podem, portanto, ser enquadrados no que Freire (1966) chama, em sua análise dos graus de compreensão da realidade enfrentados pela sociedade, de “transitividade ingênua”, em que se verifica certa permeabilidade ao conhecimento, com maior poder de captação da realidade em relação à intransitividade completa, mas há ainda simplicidade na interpretação dos problemas, fragilidade na argumentação, explicações míticas, prática não propriamente do diálogo, mas da polêmica, da emocionalidade. Tal caracterização é típica da população urbana brasileira, e pode denotar certa forma de massificação.

Essa falta de criticidade, de tomada de consciência de si e do outro, pode ser observada nas crianças da comunidade através da sua dificuldade de concentração e de comunicação; pela dificuldade de representação de conteúdos internos em formas gráficas, pela dificuldade em representar o real, colocando, em seus trabalhos, influências da cultura na qual está inserida, elemento indicador da capacidade de observação e expressão plástica, (SANS, 2001). A dificuldade apresentada de representação de atividades não-ligadas ao tempo presente (aquelas realizadas no dia em que se deu o estudo) revela também a falta de historicidade na concepção de sujeito.

Pode-se observar, contudo, após certo tempo de trabalho no local, avanços consideráveis das crianças em seu processo de subjetivação, como por exemplo, no aumento da comunicabilidade, no relacionamento com os outros, no desenvolvimento de raciocínio lógico etc., denotando certa contribuição da equipe que integra o referido projeto. A própria forma como encaram a atividade de desenhar, revelando resultados tão plurais, pode revelar um caminho de conscientização e emancipação, pois, como lembra Sans (2001, p.55), “ao desenhar, a criança descobre suas próprias normas, numa íntima relação do ver, do saber e do fazer”⁸.

Considerações finais

Neste trabalho buscou-se uma tentativa de compreensão da realidade de crianças de uma comunidade socialmente vulnerável do município de Juiz de Fora. A partir de uma análise materialista-dialética pretendeu-se constatar e compreender as formas de organização/ participação das crianças nos jogos recreativos propostos no projeto, bem como analisar a representação destes jogos nos seus jogos sociais, identificando os avanços e entraves existentes, para melhor planejamento, estruturação e organização das atividades e da própria equipe profissional.

Apesar de muitas limitações a serem superadas, pôde-se observar uma significativa melhora de sociabilidade entre as crianças, a partir de intervenções pontuais da equipe. A limitação em se auto-representarem, enquanto integrantes do projeto, por meio dos desenhos, demonstra dificuldade de aprendizagem e do próprio entendimento do que foi solicitado. Apesar disso, percebe-se o interesse e a dedicação em melhorar, a iniciativa para a construção do diálogo e a manifestação de suas

⁸ Ainda segundo Sans (2001), podemos refletir que, no desenho, “é de modo espontâneo que as crianças simplificam e sintetizam a cena retratada.” (...) “A criança tem um senso de observação aguçada, pois, em diversos momentos, ela chama a atenção de pormenores não observados pelos adultos. E, no momento em que desenha, age com grande concentração, colocando somente aquilo que lhe interessa.” (p. 21).

emoções, dentre outros. Isso aponta um avanço na construção da autonomia e quiçá, da cidadania emancipatória de tais sujeitos.

Ressalta-se enquanto dificuldades metodológicas a inexperiência dos pesquisadores neste tipo de análise, embora a aproximação e afeto com as crianças tenha facilitado o desenvolvimento das atividades. Caberia, contudo, uma análise mais aprofundada, com mais elementos de pesquisa para elucidar alguns pontos em aberto e descobrir outros a serem explorados, gerando um conhecimento realmente dialético.

Nessa perspectiva, o planejamento das próximas atividades deverá abranger a continuidade do trabalho recreativo-educativo com as crianças e os adolescentes, como também ampliar as atividades oferecidas para incentivar a inserção dos que ainda não participam do projeto, principalmente os adolescentes do sexo masculino, que não se sentem atraídos pelas atividades realizadas.

Com os adultos o diálogo e interação já acontece mais facilmente. Porém, assim como os adolescentes, a participação nas atividades realizadas é muito pequena. Pretende-se assim, investir em um trabalho intenso de mobilização, visitando a cada família, para traçar um diagnóstico, coletar as expectativas e convidá-los a participar das atividades desenvolvidas.

Outra atividade a ser enfatizada é a capacitação e interação da equipe, visto que realizar um trabalho com uma pluralidade de profissionais como esta, requer muitas discussões, debates, troca de experiências e até mesmo, partilha das angústias em relação ao projeto. Isso porque quando se elabora uma proposta para trabalhar com comunidades vulneráveis, com objetivos tão amplos, como autonomia, emancipação e plena cidadania de todos os indivíduos, não se tem sua materialização plena no imediato. É um processo que gera uma angústia muito grande na equipe, pois se tem a impressão de que nada foi alterado.

Desse modo, é necessário repensar não só o papel de cada profissional, mas o desse projeto de extensão, tendo em vista o contexto adverso em que este se insere. Pois se for nítido, o objetivo e totalidade concreta em que este se insere, vislumbra-se a relevância dessa ousada proposta atividade de implementar uma possível emancipação humana, em uma sociedade capitalista regida pelo neoliberalismo e suas disputas desumanas.

Referências bibliográficas:

- ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, G. (Org.). A Cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001. p. 35-48.
- BEHRING, E. R. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- DEMO, P. Cidadania tutelada e Cidadania Assistida. Campinas: Autores Associados, 1995.
- FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1966.
- HAMMER, E. F. Aplicações clínicas dos desenhos projetivos. Rio de Janeiro: Interamericana, 1981.
- KOSIK, K. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- NETTO, J. P. Capitalismo monopolista. 3. ed. Ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.
- PADILHA, A. M. L. Constituição dos processos de simbolização: limites e possibilidades. In: Anais da III Conferência de Pesquisa Sócio-Cultural. Campinas:

2000. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/br2000/trabs/1300.doc>>. Acesso em: 15 Jan. 2008.

PEREIRA, A. V. Há Fé na Terra da Razão: Livro-reportagem sobre o Projeto Universidades Renovadas. 2003. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/videtur24>>. Acesso em: 15 Jan. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. Disponível em < <http://www.pjf.mg.gov.br> > Acesso em 19 setembro de 2007.

PROENÇA, M. A queixa escolar e o predomínio de uma visão de mundo. In: MACHADO, A. M. e PROENÇA, M. (orgs). Psicologia Escolar: em busca de Novos Rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

RESENDE, A. C. de A. Da relação indivíduo e sociedade. Educativa. Goiânia: v. 10, n. 1, p. 29-45, jan/jun 2007.

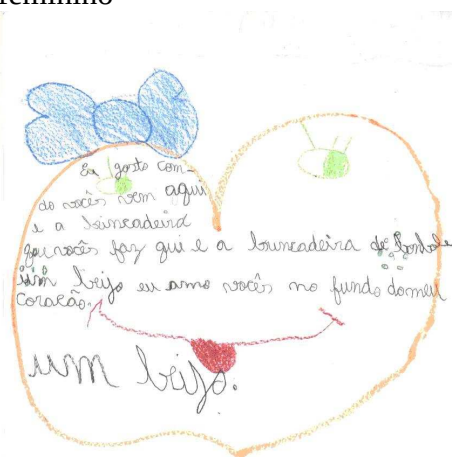
SANS, P. T. C. Pedagogia do desenho infantil. Campinas: Átomo, 2001.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

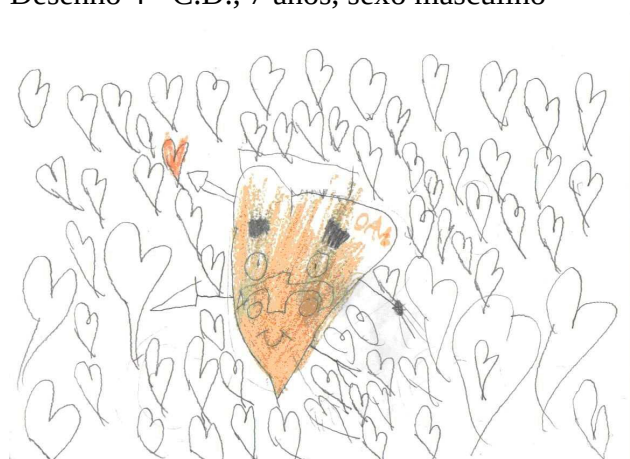
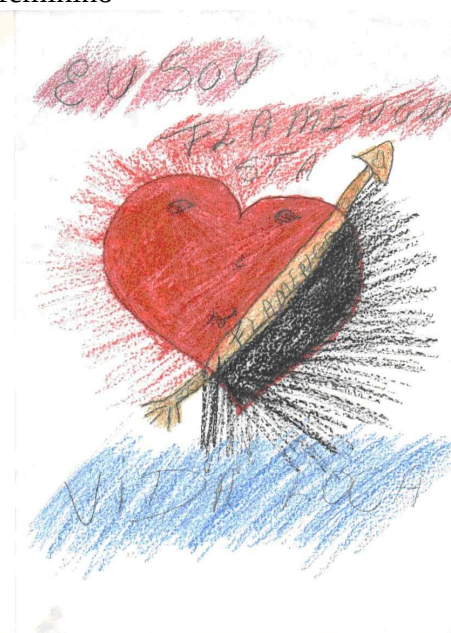
VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1991.
_____. Imaginación y el arte en la infancia. Mexico: Hispanicas, 1987.

Anexos:

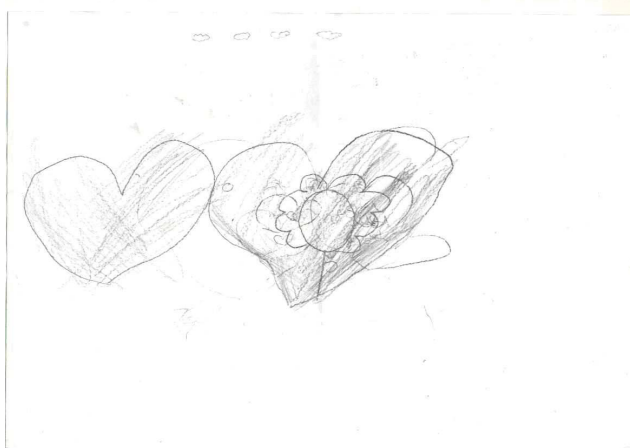
Desenho 1 - G.K., 9 anos, sexo feminino
Desenho 2 - C., 8 anos, sexo feminino



Desenho 3 - N., 11 anos, sexo feminino
Desenho 4 - C.D., 7 anos, sexo masculino



Desenho 5 - E., 7 anos, sexo feminino



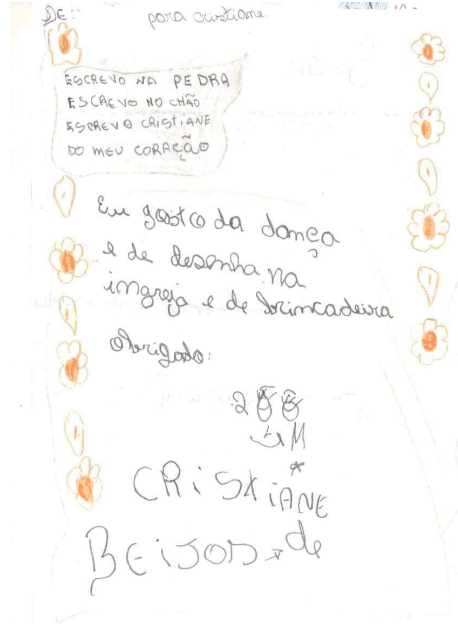
Desenho 6 - P., 7 anos, sexo feminino



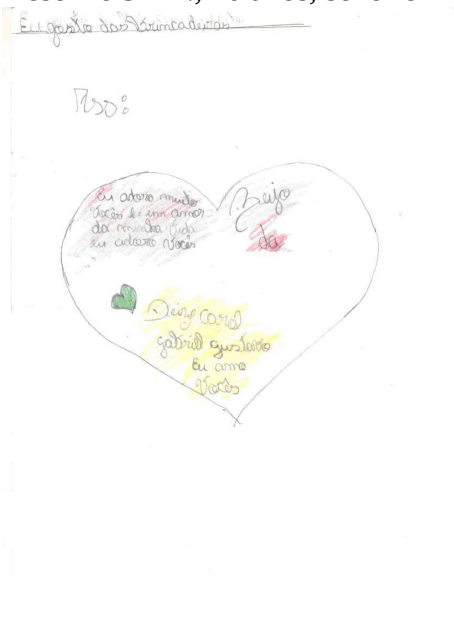
Desenho 7 - N., 7 anos, sexo feminino



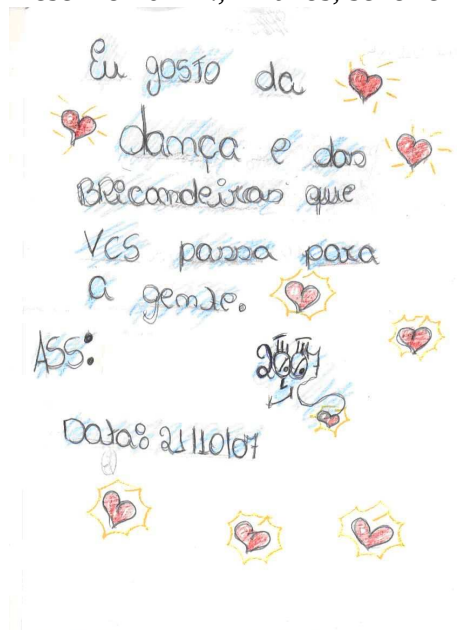
Desenho 8 - M., 10 anos, sexo feminino



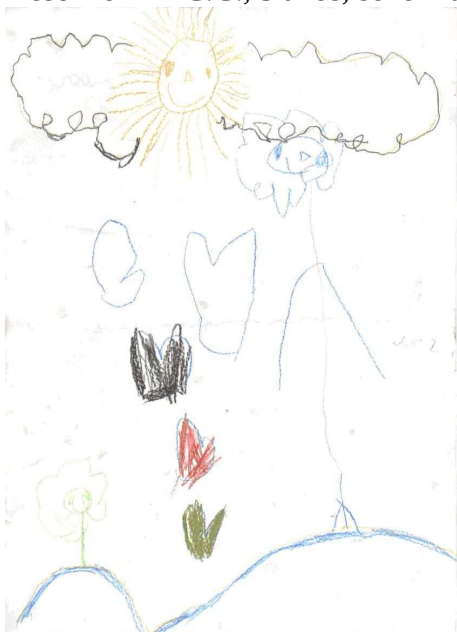
Desenho 9 - B., 10 anos, sexo feminino



Desenho 10 - B., 11 anos, sexo feminino



Desenho 11 - C.C., 5 anos, sexo masculino



Desenho 12 - D., 7 anos, sexo feminino



Cátia Pereira Duarte

Av. Visconde de Mauá, 397, apto. 2041 CEP: 36015-260

Bairro Santa Helena, Juiz de Fora/ MG

E-mail: catia.duarte@ufjf.edu.br

Recurso Tecnológico para apresentação da comunicação oral: Data show